

Sobre a violência da relação tradutória

Marcelo Jacques de Moraes*

RESUMO: O artigo discute, no âmbito da relação tradutória, a experiência da violência do original sobre o tradutor e sua língua, violência que deflagra a pulsão de traduzir (Berman). A experiência da tradução é pensada como uma relação de saída já em movimento, como uma tensão já estabelecida com um original que, se exige intrinsecamente tradução (Benjamin), é justamente por apresentar-se desde sempre já em tensão tradutória. A partir daí explora-se a discussão da tradução como *Bildung*, não apenas no sentido de uma forma em busca de uma forma própria (Berman), mas no sentido freudiano de uma forma em formação, por definição interminada e interminável.

PALAVRAS-CHAVE: tradução; relação; violência; Benjamin; Freud.

RÉSUMÉ: L'article discute, dans le cadre de la relation traduisante, l'expérience de la violence de l'original sur le traducteur et sa langue, violence qui déchaîne la pulsion de traduire (Berman). L'expérience de la traduction est pensée entant qu'une relation d'emblée en mouvement, entant qu'une tension déjà établie un original qui, s'il exige intrinsèquement traduction (Benjamin), c'est précisément parce qu'il se présente depuis toujours en tension traduisante. À partir de là, on explore la discussion de la traduction en tant que *Bildung*, non seulement au sens d'une forme à la recherche d'une forme propre, mais au sens freudien d'une forme en formation, par définition inachevée et inachevable.

MOTS-CLÉS: traduction; relation; violence; Benjamin; Freud.

* Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Pesquisador Bolsista de Produtividade, 2, do CNPq.

¹ Este artigo foi desenvolvido a partir da arguição da dissertação de mestrado “A noção Bermaniana de relação sob o viés Derridiano da hospitalidade”, escrita por Simone Christina Petry e orientada por Mauricio Mendonça Cardozo. O trabalho foi defendido no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná em janeiro de 2011.

Para Simone e Mauricio¹

No Brasil e em toda parte, traduz-se hoje cada vez mais, e por inúmeras razões, com vistas aos mais diversos resultados, dos mais explicitamente comerciais aos mais supostamente desinteressados. Cobrem-se, na prática, quase todos os matizes da oposição posta por Humboldt no século XVIII em sua célebre formulação do dilema do tradutor, sempre dilacerado entre o autor e o leitor, a língua estrangeira e a própria, o original e a tradução.² Mas, no domínio que nos interessa mais especificamente aqui, que é o da Literatura, parece-me que se formou praticamente um senso comum, a meu ver quase pacificado, ao menos no âmbito dos estudos da tradução literária, e que nos permite dizer que hoje se traduz, sobretudo, e cada vez mais, para dar a ler o original em toda a sua estrangeiridade. Senão no limite de sua alteridade, ao menos bastante atento a ela. A despeito de todas as nuances da questão, vigora hoje de forma relativamente aceita a posição de Antoine Berman segundo a qual “a essência da tradução é ser abertura, diálogo, mestiçagem, descentralização”.³ É claro que, na prática do mundo editorial, as coisas caminham lentamente, até porque ali não se serve a apenas dois senhores, para lembrar aqui mais uma famosa definição da tradução.⁴ Mas creio que ao menos se pode dizer que a crítica à chamada tradução etnocêntrica tornou-se, em nosso campo de estudos, quase moeda corrente, modulando, parece-me, de maneira às vezes mais, às vezes menos explícita, a maior parte das reflexões sobre a tradução que se fazem hoje na França, nos Estados Unidos ou aqui entre nós. Creio que essa é uma conquista importante, com resultados práticos que começam a aparecer, entre os quais eu destacaria especialmente a tendência crescente a retraduzir, que reflete essa dimensão crítica e essa atenção cada vez mais cuidadosa com o estrangeiro.

Por outro lado, há um efeito curioso desse processo que tende a idealizar a figura do tradutor, que passa a encarnar o altruísmo e a tolerância na relação com o estrangeiro, às vezes de maneira quase simplória. Nesse sentido, invoca-se frequentemente, por exemplo, no mais

² Diz o filósofo e tradutor numa carta a Schlegel: “Cada tradutor deve infalivelmente encontrar um dos dois escolhos seguintes: ele se limitará com demasiada exatidão seja ao original, em detrimento do gosto e da língua de seu povo, seja à originalidade de seu povo, em detrimento da obra a ser traduzida.” Citado por BERMAN, Antoine. *A prova do estrangeiro: cultura e tradução na Alemanha romântica*. Tradução de Maria Emília Pereira Chanut. Bauru, SP: Edusc, 2002. p. 9.

³ BERMAN, Antoine. *A prova do estrangeiro: cultura e tradução na Alemanha romântica*. Tradução de Maria Emília Pereira Chanut. Bauru, SP: Edusc, 2002. p. 17.

⁴ Trata-se da definição de Franz Rosenzweig, segundo a qual “traduzir é servir a dois senhores”, “ao estrangeiro em sua estrangeirice, ao leitor em seu desejo de apropriação”. Citado por RICOEUR, Paul. *Sur la traduction*. Paris: Bayard, 2004. p. 41.

⁵ Cf. DERRIDA, Jacques. *De l'hospitalité*. Paris: Calmann-Lévy, 1997.

⁶ APTER, Emily. *The translation zone: a new comparative literature*. New Jersey: Princeton University, 2006. p. 5.

⁷ Que ela define inicialmente nos seguintes termos: "Amplamente concebida [...], a zona de tradução aplica-se a comunidades de línguas da diáspora, a esferas públicas de impressão e mídia, a instituições de governamentalidade e de decisão de políticas de língua, a teatros de guerra, e a teorias literárias com particular relevância para a história e o futuro da literatura comparada." APTER, Emily. *The translation zone: a new comparative literature*. New Jersey: Princeton University, 2006. p. 6.

⁸ BERMAN, A. *A prova do estrangeiro: cultura e tradução na Alemanha romântica*. Tradução de Maria Emília Pereira Chanut. Bauru, SP: Edusc, 2002. p. 24.

das vezes ingenuamente, bem entendido, a necessidade do acolhimento incondicional ao estrangeiro a que se refere Jacques Derrida em sua reflexão sobre a hospitalidade,⁵ para sustentar a imagem de um tradutor voluntariamente acolhedor, cheio de toda boa vontade para com o estrangeiro, por mais radicalmente outro que este seja. Como se isso fosse possível. Outras vezes, cai-se nos riscos implicados por uma ecologia linguística que, no afã mais do que nobre de salvar línguas e culturas ameaçadas pela dominação de outras mais poderosas, acaba, sobretudo, "reforçando o essencialismo cultural linguístico",⁶ como previne Emily Apter na introdução de seu *Translation Zone*, livro em que ela discute a importância disso que chama de "zonas de tradução" para os estudos de Literatura Comparada.⁷

Não pretendo aqui recusar inteiramente essa perspectiva idealizadora de consideração do trabalho do tradutor, perspectiva que não deixa de ter sua importância e sua razão de ser. Muito pelo contrário. Mas ela se torna tanto mais irrealista e enganosa se ignorarmos a dimensão necessariamente ambivalente dessa relação com o outro implicada de fato na experiência do tradutor, se ignorarmos o modo como essa dimensão está ligada a um processo de subjetivação que, intrinsecamente, não tem finalidade nem fim, e que é marcado por uma violência subjetiva que a relação tradutória, justamente, jamais resolve, mas, ao contrário, incessantemente reexpõe.

Assim, o que me proponho a discutir aqui é a violência fundamental intrínseca à relação tradutória, mas não tanto em sua direção mais frequentemente referida, isto é, a violência do próprio sobre o estrangeiro que seria operada pelo trabalho da tradução de vocação etnocêntrica, a violência da língua tradutora sobre a língua traduzida. Trata-se, antes, da experiência da violência do estrangeiro sobre o próprio, da língua traduzida, da língua do original sobre o tradutor e sua língua, e que é, a meu ver, a que deflagra propriamente a "pulsão tradutória"⁸ a que se refere Berman em seu já clássico ensaio *A prova do estrangeiro*, de 1984, em que discute a tradição alemã do pensamento

sobre a tradução. Aliás, creio que se pode dizer, no que tange a essa relação tradutória que quero explorar aqui, que não há primeiramente o original, apreendido na autonomia significante de sua língua, e depois a tradução, por meio da qual o tradutor transporia esse original para sua própria língua, ela também autônoma. A experiência da tradução é de saída uma relação já em movimento, uma tensão já estabelecida com um original que, se exige, se deseja intrinsecamente tradução, como ensinou Walter Benjamin,⁹ é justamente por apresentar-se desde sempre já em tensão tradutória. Por isso, se a tradução é *Bildung*, como queriam os românticos alemães, não é apenas no sentido de um “movimento em direção a uma forma que é uma forma própria”,¹⁰ como disse Berman, não é apenas nesse sentido, mas também no sentido freudiano de uma forma em formação, em tensão consigo própria, de uma forma que se apresenta intrinsecamente numa perspectiva conflitante. Esclareço. É com o termo *Bildung* que Freud designa tanto a noção de formação de sintoma [*Symptombildung*] quanto outras noções por ela englobadas, como as de formação substitutiva [*Ersatzbildung*], formação reativa [*Reaktionsbildung*] ou formação de compromisso [*Kompromissbildung*].¹¹ Ou seja, na perspectiva freudiana, a *Bildung* está intrinsecamente ligada a processos e formas desencadeados por um embate entre representações que não se estabilizam, processos e formas que se dão a ver por sua implicação numa relação que a interpretação psicanalítica deve, por sua vez, por que não dizê-lo?, traduzir... Tal perspectiva me parece constituir um pano de fundo interessante para a discussão dessa violência fundamental que permeia a experiência do tradutor. Para esboçar o problema, partirei de uma breve reflexão sobre a experiência primeira do tradutor diante de um original, experiência anterior a qualquer decisão que ele tome de deter-se mais praticamente, mais pragmaticamente, em sua tarefa. Mas experiência decisiva para a compreensão dessa dimensão pulsional do traduzir. Vou falar um pouco disso agora, a

⁹ Cf. BENJAMIN, Walter. *A tarefa do tradutor*. Quatro traduções para o português. Organização de Lúcia Castello Branco. Belo Horizonte: Fale/UFMG, 2008. p. 84. Essa edição comporta quatro traduções do texto de Benjamin em português, feitas por Fernando Camacho, Karlheinz Barck e outros, Susana Kampff Lages e João Barrento. Usarei aqui a de João Barrento, eventualmente modificada com base na tradução de Martine Broda, realizada a partir do seminário de Antoine Berman sobre o texto de Benjamin, realizado em 1984-1985 e publicado em 2008 por Isabelle Berman (BERMAN, Antoine. *L'âge de la traduction*. “La tâche du traducteur” de Walter Benjamin, un commentaire. Saint-Denis: Presses Universitaires de Vincennes, 2008).

¹⁰ BERMAN, A. *A prova do estrangeiro: cultura e tradução na Alemanha romântica*. Tradução de Maria Emília Pereira Chanut. Bauru, SP: Edusc, 2002. p. 80.

¹¹ Podemos encontrar os quatro verbetes com as respectivas remissões bibliográficas na obra de Freud em LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Baptiste. *Vocabulário da psicanálise*. Tradução de Pedro Tamen. São Paulo: Martins Fontes, 1983. p. 257-263.

fim de ir explicitando aos poucos a questão da violência da tradução.

Quando, diante de letra estrangeira, alguém decide traduzir, é porque a experiência da tradução já se deflagrou. Como eu dizia, não há antes o original, radicalmente estrangeiro, a desafiar o tradutor, e depois a tradução, por meio da qual esse estrangeiro é enfrentado e transportado para outra língua, para a língua do tradutor. A experiência da tradução é, de saída, uma relação já em movimento, uma tensão já estabelecida com um original que só se furta e exige tradução por se apresentar virtualmente, desde sempre, em tradução, em tensão tradutória, justamente. Por isso mesmo ela é *Bildung*, a um só tempo resultado e processo, forma e formação, forma em formação. Por isso mesmo, como diz Berman, a tradução, cito-o, ou “ela é relação, ou ela não é nada”.¹² Se a tradução é essencialmente relação, é na medida em que ela só existe como tal se for assombrada pelo estrangeiro, por este estrangeiro cujo sentido, já por meio dela, da própria tradução, repito-o, se apresenta e se furta, se furta exatamente ao se apresentar, se apresenta ao se furta, sustentando, assim, uma relação entre línguas, entre sentidos em tensão, em pulsação. Creio que é aí que podemos, com Freud, pensar a tradução por analogia a uma *Ersatzbildung*, a uma formação substitutiva, que se define por este mecanismo paradoxal que é o recalque, mecanismo que só se dá a ver como bem-sucedido por seu próprio fracasso, já que é pelo retorno do recalque que ele se revela como tal, como recalque. Analogamente, pois, ao que ocorre com a formação substitutiva freudiana, ao mesmo tempo traço e apagamento daquilo que a determina, analogamente, não há tradução bem ou malsucedida que se revele como tal, que se revele como tradução, independentemente de se oferecer como boa ou ruim, sem o retorno mais ou menos assombroso do original. Pois é por remeter, positiva ou negativamente, expressamente ou à sua revelia, a certa virtualidade ou a certas virtualidades de sentido do original, virtualidades que ela vem revelar – e

¹² BERMAN, A. *A prova do estrangeiro: cultura e tradução na Alemanha romântica*.

Tradução de Maria Emília Pereira Chanut. Bauru, SP: Edusc, 2002. p. 17.

no mesmo movimento fixar –, é por essa remissão que ela pode ser considerada boa ou ruim.

Se assim for, o que será que está em jogo quando Berman diz, repito, que a tradução “é relação, ou não é nada”? O que seria a tradução que não é nada? Creio que, para Berman, não há dúvida: é justamente a tradução etnocêntrica, aquela que é baseada, nos termos do próprio autor em *A tradução e a letra ou o albergue do longínquo*, na “captação do sentido” do original, que, diz Berman, “afirma sempre a primazia de uma língua”.¹³ A tradução que não é relação, e que por isso não é nada, seria aquela em que a língua do tradutor iluminaria o texto estrangeiro de tal forma que o clássico problema da literalidade da tradução sequer chegaria a se formular como tal. É a partir daí, aliás, que o teórico define a “transformação literária” operada pela tradução, que ele opõe justamente ao que reivindica como tradução literal.¹⁴

Ora, mas se tal tradução – bem ou malsucedida, segundo o ponto de vista – existe, ela não se deve jamais, a meu ver, à presença ou à falta de qualidades intrínsecas a um trabalho específico de tradução, à presença ou à falta de virtudes metodológicas de um tradutor empírico qualquer, em qualquer sentido que seja. Até porque, por mais que uma prática etnocêntrica recalque o outro como tal, este sempre deixa seus traços, e o estrangeiro original sempre acaba por retornar. Ao menos para quem conhece a língua do original.

Aqui, aliás, abro parênteses, poderíamos inclusive colocar em questão, no âmbito desta discussão, o que seria essa tradução literal que Berman não cessa de reivindicar. Pois é essa espécie de retorno tautológico do original, para quem conhece a língua em que ele é produzido, que funda a sensação paradoxal de uma espécie de precedência *a posteriori* do literal sobre a predicação figural que qualquer tradução não pode evitar derivar desse suposto original literal. O que a experiência da tradução como tal propicia ao transfigurar necessariamente o original em outra letra, desliteralizando-o inevitavelmente, é uma espécie de dife-

¹³ Cf. BERMAN, Antoine. *A tradução e a letra ou o albergue do longínquo*. Tradução de Marie-Hélène C. Torres, Mauri Furlan e Andréia Guerini. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007. p. 33.

¹⁴ Cf. BERMAN, Antoine. *A tradução e a letra ou o albergue do longínquo*. Tradução de Marie-Hélène C. Torres, Mauri Furlan e Andréia Guerini. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007. p. 28-44; 63-71.

rença original do original para consigo próprio, que o torna desde sempre irremediavelmente distinto de si mesmo. De sua própria letra, sempre já traduzida em outra letra. Ou seja, parece-me que, ao fim e ao cabo, o literal é sempre o retorno enigmático do original em sua materialidade irreduzível a certa imaterialidade do sentido traída por sua tradução. Quero dizer que não há o literal em estado puro, sem a sombra de suas predicções – de suas traduções mais ou menos flutuantes. Mas passemos...

Pois o ponto que quero explicitar agora é o seguinte: uma tradução que não é nada só poderia existir para quem não conhece a língua do original. Porque, justamente, para quem não a conhece, jamais existe tradução. Eu, por exemplo, costumo dizer que não tenho ideia do que seja uma tradução de Dostoievski. Para mim, uma tradução de Dostoievski não é relação. É nada. Se ousar dizer que leio Dostoievski, é como um original em língua portuguesa que aprecio sem saber até que ponto a estranheza que nele reconheço em minha língua portuguesa é russa ou dostoiévskiana. Sem saber se ela é ou não é a invenção de um tradutor que, para mim, jamais se coloca de fato como tradutor, justamente, que, para mim, só pode se colocar como um escritor, como um produtor de originais. Pois, por detrás do Dostoievski que leio em uma “tradução”, aqui entre aspas, pois para mim ela não se coloca como tal, por detrás desse Dostoievski não ouço nenhuma língua estrangeira, é puro silêncio... Por isso, para mim, essa tradução é nada. Dostoievski só pode soar como um original em português para mim, pois o russo não me sopra ao ouvido, não me assombra. Por outro lado, deem-me uma frase de Flaubert em português e não poderei evitar ouvir, involuntariamente, ecos dessa frase em francês, independentemente de conhecer a frase original. E, por mais flaubertiana que a frase possa me parecer em língua portuguesa, a língua francesa continua a ressoar para mim por trás da tradução. E aí começo a ouvir o original “literal”, em nome do qual me ponho a criticar as predicções figurais operadas pela tradução em minha língua. Todos sabemos

o burburinho da letra estrangeira que ouvimos diante da tradução de um original de uma língua que conhecemos. Da mesma forma, não posso experimentar como relação a tradução de um texto em minha língua para uma língua que não conheço. Ano passado ouvi Marcelo Paiva de Souza lendo Drummond em polonês em tradução de Miłosz.¹⁵ Soava magnificamente, mas como uma música original. Como uma obra autônoma, encerrada em si mesma. Eu até podia ouvir um sistema rítmico e de repetições que eu identificava com as sucessivas retomadas de “Tinha uma pedra no meio do caminho, no meio do caminho tinha uma pedra...” do poema de Drummond. Mas quem me garante que um polonês não ouvia ali algo como: “Eu comia cobras na hora do almoço, na hora do almoço eu comia cobras...”? Não havia para mim a tensão inevitável da experiência da tradução com o burburinho do original literal adivinhado. Porque na tradução que é relação não posso evitar contrapor a hesitação entre o som e o sentido experimentada numa língua e o modo como ela retorna na outra, para evocar a famosa definição da experiência da língua na poesia feita por Paul Valéry. A rede de relações numa língua e noutra é necessariamente diferente e, de algum modo, conflitante. Rede que reconstituiu necessariamente ao ouvir Drummond em francês ou em inglês, por exemplo, constatando quase à minha revelia as necessárias traições. Há, em suma, na tradução que é relação, uma violência recíproca, de uma língua a outra. Onde até posso ter arroubos, como queria Haroldo de Campos, de ver a tradução como um original autônomo, forjando uma rede de relações mais rica que o original, tradição diante da qual esse original soaria como a tradução.¹⁶ Mas a instabilidade da relação permanece.

Ou seja, para quem não conhece o original, a tradução tem o mesmo valor (que pode ser imenso!) que a tradução que faz um Guimarães Rosa de um original que não existe. Todos sabem a importância para Rosa das traduções, e evoco aqui um trecho de uma famosa carta do escritor ao

¹⁵ Particpei em setembro de 2010 de mesa-redonda com Marcelo Paiva de Souza no II Simpósio Internacional de Literatura Comparada e Tradução, realizado na Universidade de Santa Catarina, em ^{que} ele apresentou a comunicação “Um diálogo no meio do caminho: Czesław Miłosz, leitor e tradutor de Carlos Drummond de Andrade”.

¹⁶ Cf. CAMPOS, Haroldo de. O que é mais importante: a escrita ou o escrito? Teoria da linguagem em Walter Benjamin. *Revista da USP*, n. 15, p. 84, set/out/nov. 1992.

tradutor italiano. Escreve Rosa, não sem alguma conso-nância com as ideias de Haroldo:

Eu quando escrevo um livro, vou fazendo como se o estivesse “traduzindo”, de algum alto *original*, existente alhures, no mundo astral ou no “plano das ideias”, dos arquétipos, por exemplo. Nunca sei se estou acertando ou falhando, nessa “tradução”. Assim, quando me “re”traduzem para outro idioma, nunca sei, também, em casos de divergência, se não foi o tradutor quem, de fato, acertou, restabelecendo a verdade do “original ideal”, que eu desvirtuara.¹⁷

¹⁷ GUIMARÃES ROSA, João. *João Guimarães Rosa: correspondência com seu tradutor italiano Edoardo Bizzari*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 99.

¹⁸ BENJAMIN, W. *A tarefa do tradutor*. Quatro traduções para o português. Organização de Lúcia Castello Branco. Belo Horizonte: Fale/UFMG, 2008. p. 91.

¹⁹ BENJAMIN, W. *A tarefa do tradutor*. Quatro traduções para o português. Organização de Lúcia Castello Branco. Belo Horizonte: Fale/UFMG, 2008. p. 82.

²⁰ Cf. CASSIN, Barbara. *Plus d'une langue. Appel pour une politique européenne de la traduction*. Disponível em: <http://www.dglff.culture.gouv.fr/publications/References10_Traduire.pdf>. Acesso em: 05/09/10.

Ou seja, a tradução, para quem não conhece a língua do original, se inscreve na língua do leitor como esse tipo de tradução primeira a que se refere Rosa, como repertório no “interior da floresta da língua”,¹⁸ para evocar uma vez mais Benjamin e sua *Tarefa do tradutor*. Mas, nessa tradução que funciona como um original, a tensão da relação entre duas letras, entre significantes que se “aparentam” mas se excluem, essa tensão da relação tradutória não se põe. Em suma, a tradução, para quem não conhece a língua do original, vale como um original qualquer, e não como relação. Daí a célebre pergunta do filósofo alemão: “Uma tradução vale para os leitores que não entendem o original?”¹⁹ Pois só para os que entendem o original a tradução pode ser de fato – e é inevitavelmente – relação, a despeito do maior ou menor esforço relacional do tradutor. Assim, independentemente de a tradução ser boa ou ruim, de ser mais ou menos etnocêntrica, sua importância, para os que não entendem o original, não está, a meu ver, em possibilitar a relação com o estrangeiro como tal. Mas em despertar eventualmente esse desejo de relação, que só pode de fato se realizar se o leitor for então levado a aprender outra língua, e assim estar continuamente exposto à experiência estrangeira inclusive em relação à própria língua. Até porque “é preciso compreender ao menos duas línguas para saber que se fala uma”, como costuma dizer a filósofa Barbara Cassin.²⁰

Por tudo isso, uma das questões impossíveis de serem respondidas por quem lê uma tradução sem conhecer a língua do original é a seguinte: até que ponto tal estranheza do original se deve à língua desse original ou ao modo como tal escritor a utiliza? No caso de Dostoiévski, às vezes me pergunto: será que esta língua que tal tradutor do russo inventa aqui é uma potência interior à minha língua? Como a que inventa Rosa, por exemplo? Ou é uma daquelas línguas híbridas que só se produzem em tradução? Questão, aliás, muitas vezes impossível de ser respondida, já que sabemos que o próprio Rosa não teria inventado a língua que inventou se não tivesse incorporado à língua portuguesa virtualidades das muitas outras línguas que conhecia. Como, aliás, fazem muitos escritores. De todo modo, o que quero dizer aqui é que percebemos muitas vezes ao traduzir que produzimos uma língua que soa completamente artificial em nossa língua: trata-se de defeito ou de qualidade da tradução? São problemas práticos que se colocam para um tradutor e que ele jamais pode resolver satisfatoriamente: privilegiar a estrangeirice intrínseca da língua em que se fabrica o original ou tentar restituir na tradução a posição daquele texto original em relação às normas dessa sua língua original? Sabemos que um texto absolutamente normativo e burocrático numa língua pode constituir uma experiência interessante e surpreendente em outra.

Assim, por exemplo, se traduzimos uma expressão estabelecida numa língua estrangeira por uma que consideramos equivalente em nossa própria língua, deformamos certamente uma virtualidade da língua do original. Ocorreu-me, por exemplo, quando escrevia este texto uma expressão que aprecio em inglês, “*still life*” (em alemão: “*stil leben*”), para dizer “natureza morta”; se resolvemos traduzir, digamos, “literalmente”, por “vida imóvel” ou por “ainda a vida”, também deformamos de outra maneira a relação do escritor que estamos traduzindo com sua própria língua. Mas, se não for um manual de pintura tradicional, por exemplo, pode ser que o autor em questão esteja ali

explorando voluntariamente certa dimensão “literal” da expressão. O que se perde se eu traduzir por “natureza morta”. Enfim, eis uma pergunta com que o tradutor, num ou noutro momento, sempre se depara: quem fala nessa fantasmagoria originária que é o original literal? A língua ou o sujeito? Quando um se impõe ao outro? Quem dobra quem?

Nesse sentido, podemos evocar também um exemplo clássico, no caso da filosofia, do famoso problema apontado por Heidegger na tradução do grego *physis* para o latino *natura*. Em relação a essa discussão, Andrew Benjamin afirma, por exemplo, para apresentar a posição de Heidegger sobre a tradução:

A perda que marca o presente filosófico é superada por atos de restauração, restabelecimento, e recuperação. Em cada instância, o que precisa ser recuperado etc. e, portanto, o que foi perdido, é a arcaica realidade expressa na e com a palavra. A consequência é que o que está perdido na tradução, ou antes o que foi destruído [“destruído” é um termo que o autor retoma de Heidegger] na tradução de *physis* por *natura* é essa realidade arcaica.²¹

²¹ BENJAMIN, Andrew. *Translation and the nature of philosophy. A new theory of words*. London/ New York: Routledge, 1989. p. 18-19.

Ou seja, haveria, para Heidegger, uma equivalência, ainda que problemática, entre a palavra e o que ela diz. Equivalência que se recupera, ou que se destrói, na tradução. De todo modo, a pergunta que retorna é sempre a mesma: O que resta do original como tal, o que resta como seu sentido original atrelado à sua letra, quando esse sentido só se dá a ver como tal já em tradução?

Aqui posso também relatar uma anedota do escritor bilíngue Julian Green, que expõe de maneira interessante esse impasse a partir de sua própria experiência de viver entre duas línguas, a inglesa materna, e a francesa, do país onde cresceu e viveu grande parte da vida. Primeiro ele conta a história de uma criança francesa que teria perguntado à mãe: “Quando você pensa, você pensa com pensamentos ou com palavras?” Ao que a mãe respondeu

prontamente que pensava com pensamentos... Intrigada, porém, ela apresentou a questão a um amigo filósofo, que lhe teria dito: “Seria melhor que você dissesse ao seu filho que não sabemos nada a respeito disso”. Na sequência do relato, Green evoca a pergunta que sempre lhe faziam e que sempre o aborrecia: “Você pensa em inglês ou em francês?” “Eu tinha uma resposta pronta”, continua ele: “Primeiro me diga se pensamos com palavras.”²² Fim da história de Green. É o caso de nos perguntarmos o que resta dos pensamentos depois que os traduzimos em palavras. E, sobretudo, depois que traduzimos essas palavras por palavras em outra língua. Em todo caso, trata-se de nossa eterna e espinhosa tarefa de seres de linguagem que nos leva irremediavelmente a nos mover entre a imaterialidade assombrosa do sentido – o original primeiro de Rosa? – e a materialidade literal das palavras.

De todo modo, é a partir dessa tensão entre original e tradução que o original se revela como passível de múltiplas determinações em si. Ou seja, que o literal se desdobra em outras letras, refigurando-se, ganhando e perdendo necessariamente predicacões. Daí a célebre frase de Rimbaud ao responder sobre o que queria dizer seu *Une saison en enfer*, *Uma estadia no inferno*, na tradução de Ivo Barroso. Disse o poeta: “Eu quis dizer o que isso diz, literalmente e em todos os sentidos”.²³ Primeiro Rimbaud aponta a tautologia do sentido do literal: “eu quis dizer o que isso diz, literalmente”; para em seguida solicitar os sentidos da tradução operada pela leitura e por sua proliferação figural, que ele marca pela conjunção aditiva e... Ele diz: “literalmente e em todos os sentidos”. Essa proliferação se reflete, por exemplo, nas várias traduções em português da palavra *saison*, do título: estadia, estação, temporada, época, sazão... e mesmo cerveja, *Uma cerveja no inferno*.²⁴ Qual seria a tradução literal? Talvez alguns tendessem a dizer que fosse sazão? É, aliás, este conflito insolúvel entre traduzibilidade e intraduzibilidade que sustenta o infinito processo de interpretação que define um texto para Derrida – ou o que Benjamin chama de sua sobrevida. Até porque,

²² GREEN, Julian. *Le langage et son double*. Paris: Seuil, 1987. p. 153-155.

²³ Citado por RIMBAUD, Isabelle. *Rimbaud mystique*. Paris: Le Mercure de France, 1914. p. 699.

²⁴ Ivo Barroso apresenta algumas dessas versões em seu blog. Disponível em: <<http://gavetadoivo.wordpress.com/2010/10/06/a-proposito-de-um-titulo/>>. Acesso em: 08/07/11.

se a tradução efetivamente se realizasse e estabilizasse o texto, ela o negaria como tal. Pois a tradução revela justamente, talvez melhor do que qualquer outro tipo de leitura, a instabilidade do sentido de um texto, e de uma língua.

Feitas essas reflexões e digressões, que creio mais ou menos recorrentes para todos aqueles que vivem entre literaturas e línguas estrangeiras, retorno ao ponto fundamental em relação à experiência da tradução que propus como central deste ensaio. Pois, nessa experiência da relação implicada por um texto estrangeiro cuja tradução nos solicita, não se escolhe ou bem dar ouvidos ou bem não dar a tal ou qual irredutibilidade da letra estrangeira. Como eu dizia no início, há uma violência fundamental na experiência da relação, e que não é a violência operada pelo chamado etnocentrismo da tradução. A violência fundamental dessa experiência, e que deflagra de fato a pulsão de traduzir, é, repito mais uma vez, a violência do original sobre o tradutor. Como lembra, aliás, Berman, em seu seminário sobre a *Tarefa* de Benjamin, a tradução não é simplesmente uma circunstância fortuita da vida de um original, produzida por um tradutor que, num belo momento, se interessaria por ele.²⁵ A tradução é uma solicitação, uma exigência do original, que este impõe justamente ao furtar-se a ela, à tradução, à relação, como eu também já disse antes. É ao furtar-se a ela que esse original violenta a língua do tradutor, atingindo assim a estrutura etnocêntrica da cultura do tradutor, em seu narcisismo, naquele “narcisismo das pequenas diferenças” de que falava Freud²⁶ – e que consolida cotidianamente – e reativamente – a inserção de cada um em sua própria cultura, por oposição às outras que o rodeiam de forma mais ou menos próxima. Assim, se a tradução etnocêntrica tem um caráter violento e traiçoeiro em relação ao estrangeiro, tal violência responde, de certa forma, a uma violência anterior: à violência do original sobre a língua do tradutor. Desse ponto de vista, será que não poderíamos apelidar a tradução etnocêntrica de *Reaktionsbildung*, a formação reativa freudiana?

²⁵ Cf. BERMAN, A. *L'âge de la traduction*. “La tâche du traducteur” de Walter Benjamin, un commentaire. Saint-Denis: Presses Universitaires de Vincennes, 2008. p. 52.

²⁶ Freud propõe a expressão em “O tabu da virgindade” (1918), a partir da reflexão sobre a diferença sexual, e retoma-a mais tarde, sobretudo em seus textos sobre a cultura – particularmente em “O mal-estar na cultura” (1930) e “Moisés e o monoteísmo” (1939) – para refletir sobre a (in)tolerância do homem em relação ao semelhante.

Mas, para nos aproximarmos do fim, persistamos ainda um pouco nessa analogia com Freud e a trama de traduções que constitui a interpretação psicanalítica. Pensemos na *Ersatzbildung*, na formação substitutiva. No âmbito do trabalho analítico, o sentido que determina tal formação e que ela, de certa maneira, traduz – o sentido do original – só pode ser construído a partir da rede de associações que ela desencadeia. Temos aí dois níveis de tradução:²⁷ uma primeira tradução, digamos, simbólica – a *Ersatzbildung*, a formação que “substitui” uma forma original cujo sentido de algum modo violenta o sujeito e de que ele não é capaz de se apropriar integralmente –, e a tradução dessa tradução propiciada por meio de uma rede de associações que só se materializa *a posteriori*, *nachträglich*, como diria Freud (ou “só-depois”, conforme a tradução brasileira de MD Magno),²⁸ em função da instabilidade da primeira tradução. E que retrama as ligações associativas entre o suposto original e a primeira tradução, impondo um processo interminável de retraduições. O que vemos aí no ato de tradução psicanalítica é, ao mesmo tempo, uma “produção retrospectiva das pré-condições para a tradução”²⁹ e a inseparabilidade do original de suas sucessivas e infinitas traduções. Uma relação entre representações que se infinitiza por sua própria natureza conflituosa. Em suma – e retomo a ideia do início –, talvez tal analogia com a noção de formação substitutiva possa nos ajudar a pensar aquela tradução que o tradutor faz à sua própria revelia de um original que o assalta, deflagrando um processo infinito de retorno de um original que sempre revela e reivindica outra rede de determinações, atualizando, assim, a tensão irreduzível da relação tradutória.

Da mesma maneira, como vimos, no que concerne à experiência da tradução de que estou tratando aqui, só há relação se houver violência, e isso não passa por uma decisão, por um arbítrio. A relação já se dá a partir da violência da língua outra sobre a língua própria, produzindo uma experiência vertiginosa de linguagem entre as duas línguas, suspendendo o fluxo contínuo de ambas. Assim,

²⁷ Inspiro-me aqui em parte nas reflexões de Andrew Benjamin em seu capítulo “Psychoanalysis and translation”, de *Translation and the nature of philosophy. A new theory of words*. London/ New York: Routledge, 1989. p. 109-149. Cf., em particular, p. 143-147.

²⁸ Cf. verbete “Posterioridade, posterior, posteriormente” em LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Baptiste. *Vocabulário da psicanálise*. Tradução de Pedro Tamen. São Paulo: Martins Fontes, 1983. p. 441-445. A tradução brasileira de MD Magno foi proposta a partir da tradução francesa do termo por Jacques Lacan – “après-coup”. Cf. LACAN, Jacques. *O seminário*. Livro I. Os escritos técnicos de Freud. Tradução de MD Magno. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

²⁹ Cf. BENJAMIN, A. *Translation and the nature of philosophy. A new theory of words*. London/ New York: Routledge, 1989. p. 146.

da mesma maneira que o ato de hospitalidade reivindicado por Derrida, o ato tradutório não é voluntário, mas imposto por uma violação da soberania, que não se trata de acatar ou não, com maior ou menor boa vontade. É, digamos, uma espécie de irrupção significativa com que o sujeito-tradutor tem de se haver à sua própria revelia. É por isso que a relação de hospitalidade é, como reivindica Derrida, incondicional,³⁰ e não porque seja motivada por algum imperativo ético que teria levado alguém a decidir que ela o fosse, que ela fosse incondicional, por alguma espécie de generosidade, de boa vontade, de tolerância ou de altruísmo, como eu dizia no início, que seriam intrínsecos a um tradutor empírico qualquer ou a uma certa posição de tradutor. Assim, o que está em jogo na experiência-limite da relação não é a incorporação de recursos e de valores de uma língua, de uma cultura, por outra, como queriam, de certa forma, os alemães nos séculos XVIII e XIX. A relação vale não tanto como experiência da incorporação ou da contaminação de diferenças, mas, sobretudo, como experiência da afirmação da sua irreduzibilidade, da irreduzibilidade das diferenças. Fazendo com que a tradução seja necessariamente interminada e interminável. Ao menos para aqueles que têm – e para quem sempre se impõe – mais de uma língua.

À guisa de conclusão, eu diria que o grande mérito da atual tendência crítica a que eu me referia no início, na área dos estudos da tradução, a tendência crítica ao etnocentrismo necessariamente presente em toda tradução, é o de levar o leitor que não conhece a língua do original a suspeitar, a intuir essa violência original do processo e, conseqüentemente, a suspeitar e a intuir também a dimensão intrinsecamente interminável da tarefa do tradutor, que é efeito dessa violência. E, nesse sentido, estimular esse leitor a aprender línguas estrangeiras. Pois é isso que pode fazer em face de uma das ambigüidades do crescimento da atividade da tradução, a um de seus aspectos negativos: como chama a atenção Emily Apter, “se a tradução é considerada essencial para a disseminação e a preservação da

³⁰ Cf. DERRIDA, J. *De l'hospitalité*. Paris: Calmann-Lévy, 1997.

herança textual, ela também pode ser entendida como um agente de exterminação linguística”.³¹ Afinal, sem aquelas suspeitas, qual o sentido de aprender a língua estrangeira em nossos tempos em que, por um lado, a atividade de tradução se intensifica, dando-nos a ler “generosamente” (digo generosamente entre aspas, não sem uma certa ironia, bem entendido...) toda espécie de estrangeiro – mas isso sobretudo tendo como língua-alvo as línguas das economias mais poderosas –, e ainda nestes nossos tempos em que, por outro lado, as ferramentas de tradução se automatizam e se tornam cada vez mais eficazes?

Por isso deve-se continuar, sim, é claro, a estimular toda espécie de tradução, mas deve-se, sobretudo, estimular a formação incessante de tradutores, destes homens que, longe de apagar as fronteiras entre as línguas, as conservam, ao mesmo tempo em que experimentam a possibilidade de circular entre elas. Em um livro publicado em 2010 na França, e no qual faz, não sem polemizar, o “elogio das fronteiras”, Régis Debray escreveu:

A fronteira, este fortificante, nos dá vontade de nos desenraizar, faz recuar a saciedade terminal. De sua salvaguarda depende a sobrevivência não de “cidadãos do mundo”, clichê vaidoso e que não engaja a coisa alguma, mas cidadãos de vários mundos ao mesmo tempo (dois ou três, já não é mau), e que se tornam, por aí mesmo, estes fecundos andróginos que são os homens-fronteiras.³²

Esses “fecundos andróginos”, esses “homens-fronteiras”, que circulam não apenas nas fronteiras nacionais, mas nestas zonas “in-translation” a que se refere Emily Apter, nestas zonas em translação/tradução, zonas intersticiais em que se desnaturaliza o espaço confortável de toda espécie de pertencimento identitário, esses homens-fronteira são primeiramente e acima de tudo tradutores. Quando submetidas no dia a dia à violência da tradução, as reificações identitárias, solidamente calcadas nas identidades linguísticas, se desestabilizam. E uma centelha de heterogeneidade,

³¹ APTER, Emily. *The translation zone: a new comparative literature*. New Jersey: Princeton University, 2006. p.4.

³² DEBRAY, Régis. *Éloge de frontières*. Paris: Gallimard, 2010. p. 93.

em letra vinda de alhures, pode nos levar a modular nossa hostilidade de princípio ao estrangeiro.

Para concluir em duas frases, eu diria apenas que não é exatamente lendo traduções mais ou menos etnocêntricas que nos transformamos em humanos mais abertos e mais tolerantes com o estrangeiro... Precisamos, acima de tudo, nos tornarmos todos, e cada vez mais, ao menos virtualmente, homens-fronteiras, tradutores, para, diante da violência que só entre línguas podemos experimentar, sermos capazes de dobrar aqui e ali, de fato, nossas pequenas e grandes diferenças, com toda a ambivalência que isso implica, e vislumbrar, assim, outras possibilidades de vida.

